



Desafios da família brasileira em gerar e transmitir capital social familiar

Brazilian family challenges in generating and transmitting family social capital

Wladimir Porreca

Universidade de Brasília
Brasil

Resumo

Diante das diversas mudanças societárias e culturais, bem como, das ambivalências e fragmentações das políticas públicas que, em contexto brasileiro, geram o aumento de desigualdades e mazelas sociais, a família brasileira reage, se adapta, sobrevive e continua a ser fundamental e necessária para a vida humana, além de eixo principal da sociedade brasileira, principalmente, por produzir bens relacionais entre seus membros e para a sociedade. Este artigo, em seu conjunto, procura visualizar a família, em meio aos desafios da sociedade brasileira, como espaço adequado para as relações humanas de reciprocidade, confiança, gratuidade e cooperação, que por meio dos recursos e potencialidades próprios, pode gerar e transmitir Capital Social, que assume o status de Capital Social Familiar. E por fim, apresenta a Psicologia Comunitária e suas estratégias de intervenção como um importante recurso, que pode ser utilizado para subsidiar, intervir e contribuir para com as famílias brasileiras.

Palavras-chave: família; relações familiares; capital social; capital social familiar; psicologia comunitária

Abstract

Before the various societal and cultural changes, as well as the ambivalence and fragmentation of public policies in the Brazilian context, generate increasing inequalities and social issues, the Brazilian family reacts, adapts, survives and remains essential and necessary for human life and the main axis of Brazilian society; mainly to produce relational goods among its members and to society. This article as a whole, seeks to display family, amid the challenges of Brazilian society, such as adequate space for human relations of reciprocity, trust, generosity and cooperation through the resources and own potential, which can generate and transmit Social Capital, which assumes the status of Family Social Capital. Finally, it presents the Community Psychology and their intervention strategies as an important resource that can be used in subsidizing, intervening and helping Brazilian families.

Keywords: family; family relationships; share capital; family social capital; community psychology

Introdução

A partir de 1960 a sociedade brasileira passa por profundas e rápidas transformações societárias e culturais, que influenciam e modificam a estrutura e a dinâmica da família. Diante do cenário social e cultural brasileiro de mudanças, que geraram aumento da desigualdade social na maioria da população no Brasil e da presença marcante dos



elementos contemporâneos do individualismo e relativismo, a família reage, se adapta e se reorganiza, e ainda, continua a ser considerada um dos principais eixos da sociedade brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).

Segundo o IBGE (2010), a família é considerada um dos principais eixos da sociedade. É uma unidade doméstica. As pessoas que vivem sozinhas representam 12,1% do total e as pessoas sem parentesco são 0,7%. Na comparação entre 2000 e 2010, houve um crescimento na proporção de pessoas morando sozinhas, que passou de 9,2% para 12,1%. Também houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%).

Mesmo considerando que a família brasileira pode se apresentar como fator de risco no contexto de mudanças e precariedades, ela tem capacidade e recursos próprios de permanecer como base no desenvolvimento da pessoa e espaço primário da socialização e proteção, contribuindo este para a reprodução biológica, cultural e social (Moreira & Rabinovich, 2011; Peixoto, Singly & Chicceli, 2000; Pratta & Santos, 2007) e, constitui ainda vínculo simbólico, podendo instaurar a ordem sociocultural, na qual as pessoas encontram sua identidade e sua posição no espaço e no tempo sociais, com referência ao gênero e às gerações (Donati, 2011).

A família brasileira em suas relações intra e extrafamiliares, de superação e ressignificação diante das situações de mudanças e vulnerabilidades, torna-se um recurso para a pessoa e para a sociedade, gera e transmite, assim, Capital Social (CS) que se transforma em Capital Social Familiar (CSF) como patrimônio e recurso cultural e social, que sustentam as relações de confiança, solidariedade, cooperação, reciprocidade, segurança; elementos fundamentais para o desenvolvimento da pessoa humana e, ainda, lugar propício de vivência da intimidade e expressão de sentimentos (Carvalho, 2005).

Este estudo considera a família brasileira em suas diversas formas e modalidades de configurações e de dinâmicas presentes na sociedade brasileira e os desafios que esta enfrenta no contexto social de miséria e desigualdades em que está inserida. Também leva em consideração os novos ideais de família com desdobramentos éticos e sociais como: a questão da identidade de gêneros, a pluralidade e o relativismo, o papel de seus membros, as mudanças que afetam diretamente as condições de procriação tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e outros. No entanto, pensar a família brasileira contemporânea em sua complexidade é olhá-la como um mosaico em constante construção, e mais ainda, é reconhecer que ela é portadora da capacidade da proteção, segurança e intimidade, para responder ou não, às realizações e satisfações humanas dos seus membros, no compromisso de construir uma sociedade mais equitativa e humana, por meio das relações de confiança, gratuidade, reciprocidade e cooperação.

Neste texto há uma tendência para refletir a família a partir de seus recursos e potencialidades contextualizados, evitando uma visão fatalista e pessimista, bem como idealista da família brasileira. Trata-se de contribuir para o diálogo e a reflexão com outros estudos



centrados na subjetividade social da família que gera e transmite CSF; refletir e compreender a família como lugar privilegiado das relações humanas, e assim, lugar adequado em produzir CSF, podendo contar com a Psicologia Comunitária e suas intervenções psicossociais na construção de novos rumos e sentidos de vida ao valorizar a interação do ser humano e seu contexto, sua mútua influência, como também, em considerar as capacidades e recursos próprios da família para a promoção do bem-estar psicossocial (Sarriera, 2010)

Este texto procura refletir e compreender a família como lugar privilegiado das relações humanas que geram CSF. Trata de contribuir para o diálogo com outros estudos centrados na subjetividade social da família geradora do CSF, bem como do papel importante das intervenções psicossociais na construção de novos rumos e sentidos de vida ao valorizar a interação do ser humano e seu contexto, sua mútua influência, bem como considerar as capacidades e recursos próprios da família para a promoção do bem-estar psicossocial (Sarriera, 2010).

Para tanto, o artigo desenvolverá um breve panorama histórico do CS para em seguida conceituar CS a partir da abordagem da teoria relacional sistematizada pelos sociólogos da Universidade de Bolonha, Itália, sob a coordenação de Pierpaolo Donati, bem como, autores brasileiros, entre eles às ideias desenvolvidas por Giancarlo Petrini e seu grupo de pesquisa em textos sobre família, semelhanças e posições confluentes de autores que compreendem o CS um recurso, um bem relacional para a pessoa e a sociedade, indicando a família como lugar propício e adequado para ele (CS) seja gerado através do CSF formado e desenvolvido nas relações familiares. Considerando a potencialidade, os recursos e a positividade da família, a posição original desse artigo no campo na reflexão sobre Capital Social Familiar está em apontar a Psicologia Comunitária, focalizando os psicólogos comunitários como agentes capazes de subsidiar a família no apossar-se de suas capacidades relacionais *intra* e *extra* familiares como sujeito social

Breve panorama histórico do CS

A literatura sobre CS, em particular nas últimas décadas, tem procurado substancialmente elaborar um pensamento novo em relação ao da metade de 1800, de Alexis-Charles-Henri Clérel de Tocqueville (1835/2001), na sua famosa obra sobre a *Democracia na América*, na qual ele abordou leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos à população dos Estados Unidos da América (EUA).

Inicialmente, o termo CS foi estudado por Lyda Hanifan (1916) em seu artigo *The rural school community and center*. Nesse estudo Hanifan partiu da lógica usada pelas organizações econômicas para descrever o CS como bens tangíveis mais valorizados por cada pessoa na vida cotidiana, como: a boa vontade, a competência e a organização, a solidariedade e os relacionamentos sociais entre indivíduos e família que compõem uma unidade social.



Em 1961, a urbanista Jane Jacobs em sua obra clássica *The death and life of great American cities*, analisando a função das ruas, praças e parques como espaços públicos de contato e interação social, segurança, senso de comunidade e outros, utilizou o termo CS para compreender as redes sociais e o teorizou como recurso insubstituível para promover a vida nas cidades, e ainda, torná-la uma entidade viva, vibrante, efervescente.

Dezesseis anos após, em 1977, o economista Glenn Loury, na tentativa de responder às diferenças étnicas e de gênero na distribuição dos rendimentos da população norte-americana, elaborou o texto crítico - *A Dynamic Theory of Racial Income Differences* - às teorias das desigualdades raciais e às políticas delas decorrentes nos EUA, e diferenciou Capital Humano (CH) de CS.

Até a década de 1980, a noção de CS estava em função de caracterizar novas formas de capital, identificadas pelos economistas como fatores que permitiam o crescimento econômico. Esses argumentavam que trabalhadores educados, saudáveis e instruídos (CH) eram como os recursos que poderiam ser empregados mais produtivamente, convertendo-se, com certa facilidade, em dados quantitativos.

A difusão do termo e da teoria no meio acadêmico adquiriu maior expressão a partir da década de 1980, com Pierre Bourdieu (1993), que conceitua o CS como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento” (p. 31). Bourdieu considerou que a criação do CS se dava por meio do conceito de *habitus* - as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes à mesma classe - que pode configurar redes sociais de relacionamentos entre os agentes (Costa, 2005). Para Bourdieu (1993), o CS deveria comportar três aspectos: os elementos constitutivos; os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais e as formas de reprodução desse tipo de capital (Bonamino, Alves, Franco & Cazelli, 2010).

Os estudos de Pierre Bourdieu sobre o CS motivam fecundos debates e pesquisas, entre eles Coleman e Putnam, foram considerados, também pelas ciências econômicas e sociais, pioneiros na formulação da teoria do CS. James Samuel Coleman, sociólogo norte-americano, de forma análoga a Bourdieu, analisou o CS a partir dos resultados das investigações sobre o desempenho escolar dos filhos e apresentou uma semantização do CS em seu famoso artigo: *Social Capital in the Creation of Human Capital* de 1988. Coleman (1988) distinguiu três tipos de Capital: o capital econômico (CE), que seria a renda e a riqueza da família, um capital que fornece o recurso físico (espaço reservado para estudar, além de materiais apropriados); o CH resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação dos pais, que poderiam proporcionar um ambiente cognitivo que ajuda na aprendizagem dos filhos e CS na família, que se compreende pela relação entre pais e filhos e, caso a família incluía outros membros, a relação com eles também. Se Bourdieu salientou a importância do campo (artístico, científico, e outros) para compreender o CS e se a preocupação de Coleman residia no aumento dos retornos em educação derivados da posse de CS, por sua vez foi o cientista político Robert



Putnam que buscou estudar o CS mapeando as diferenças nos desempenhos político e econômico de regiões italianas (Costa, 2005).

Putnam (2000) no seu livro *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (*Making democracy work*) descreveu o CS como um conjunto de características da organização social - confiança, normas e sistemas - que tornam possíveis ações coordenadas, por constituir um tecido de articulação social, que faz com que os outros “capitais” sejam mais ou menos úteis e capazes de manifestar, sob a forma de relações de confiança (*trust*), de riqueza de contatos de vizinhança, de convivência geral que permeia (ou não) a sociedade, a concepção de comunidade cívica (Dowbor, 2015). Outro autor que merece ser mencionado é Francis Fukuyama (1995) que, inspirado em Coleman e Putnam, definiu CS como sendo “a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns” (p. 21).

Esses conceitos de CS poderiam permanecer fechados aos ambientes acadêmicos e científicos, mas sua divulgação aconteceu quando o Banco Mundial, na década de 1990, ao reconhecer o potencial do CS, destinou recursos para investigar de que maneira esse componente habilitaria os setores pobres a participarem e beneficiarem-se do processo de desenvolvimento. Seria um processo social que reuniria crescimento econômico com redistribuição e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Poder-se-ia pensar sobre esse breve panorama histórico em duas modalidades: a micro (individualista) e a macro (holística). As abordagens de CS sistematizadas por Bourdieu e Coleman adotaram uma prospectiva individualista na sua metodologia. Já a assumida por Putnam e Fukuyama, uma dimensão holística, porque o CS foi observado a partir do “tudo”, isto é, de uma entidade coletiva que pode ser uma instituição local, organização religiosa ou cultural, o qual orienta o agir do indivíduo e o seu existir nos seus sucessos ou fracassos da vida social.

A partir da década de 1980, pela dificuldade de permanecer nas semânticas de CS anteriormente expostas (visão individualista, ou mesmo como comunidade cívica constituída de relações extrafamiliares, ou mesmo ainda como condição e resultado do processo de modernização liberal-social-democrático). Ao mesmo tempo, contrapondo-as, o sociólogo italiano, Pierpaolo Donati e seus colaboradores sociólogos do Departamento de Sociologia da Universidade de Bolonha - Itália, elaboraram uma inovadora inspiração teórica nas ciências sociais. Esses sociólogos de Bolonha partiram de um conceito de capital como relação social. Não era entendida como um bem ou uma relação que equivale a funcionar por meio do dinheiro ou outra coisa. O CS, em sentido lato, seria o que valoriza uma relação social, onde certa relação tem o seu valor específico. Não é um conceito analógico aquele da soma de dinheiro ou de bens, mas uma forma de relação que opera a valorização do bem ou do serviço, por meio da troca social de reciprocidade (Donati, 2007).

Em 1983, no seu volume *Introdução à sociologia relacional*, o sociólogo italiano, por não atribuir somente aos indivíduos ou às estruturas sociais o CS, mas considerando também a



qualidade das relações, não de todas ou qualquer relação, mas propriamente daquelas que valorizam os bens relacionais (confiança, reciprocidade, amizade), inaugura uma nova forma de pensar o CS. A partir do pensar o CS por meio da abordagem relacional, publicou *La famiglia come capitale sociale primario* (Donati, 2003a), em que considerava o CS como particular qualidade e configuração das redes de relação que alimentavam e produziam sinergia às capacidades individuais e oportunidades de vida às pessoas que estavam em relação. Dessa forma, o CS é uma qualidade da relação social e, precisamente, uma relação de valorização em acordo com seu critério de orientação; um bem em si que pode ser visto como recurso que o indivíduo utiliza para (à) sua ação e trama relacional, elemento esse que faz o mundo comum (Donati, 2003b, pp. 49-50).

Segundo Donati (2003b), por ser uma relação social de valorização, o CS acontece em um processo relacional entre quatro componentes: um fim situado, um modelo de valor (ou critério de valorização), normas constituídas e meios instrumentais para realizá-lo. Indica uma relação e um termo de referimento segundo a ótica da sua valorização com fim eticamente bom. Uma qualidade relacional comunitária, que se origina em uma esfera própria, distinta do Estado e do Mercado, origina-se no sistema da família e no sistema das associações civis, mais especificamente nas suas recíprocas interações.

Donati (2003a) exemplificava o conceito de CS por meio da relação familiar, descrevendo que a família é CS na medida em que as pessoas que a compõem agem valorizando as suas relações familiares. Essas relações familiares acontecem de dois modos: valorizando as relações entre os membros da família e valorizando as relações dessa com a sociedade. Dessa forma distinguiu-se o CS em primário, que são as relações que valorizam os bens relacionais primários, com critérios informais e em secundário, que são as relações que valorizam os bens secundários, da cultura cívica, mas com critérios formais.

O CS primário tem como âmbito de relações a família e as redes informais primárias (familiares, parentes, vizinhos, amigos); consiste na confiança primária (da face a face e da intersubjetividade) e na reciprocidade interpessoal como troca simbólica (ou seja, uma dádiva como ato em movimento de troca recíproca de dar-receber-dar novamente, sem um equivalente monetário). Um fator importante para a civilidade, enquanto se age com consideração positiva e altruísta, ajudando os outros. O capital secundário tem como âmbito de relações o associacionismo da sociedade civil, compondo-se na confiança secundária e na reciprocidade social ampla, propícias para a cultura cívica; boas práticas, por meio das quais os cidadãos exercitam os seus direitos e responsabilidades na vida pública da cidade. A definição de CS elaborada por Donati (2003a) sugere uma existência da relação social *sui generis*, cuja função primária não é a de ser um instrumento para obter alguma coisa, mas a de favorecer o relacionamento social mesmo, isto é, uma atitude de troca que produz um bem partilhado, da qual derivam recursos particulares como efeitos secundários (Rossi & Boccacin, 2007).



Capital social

Diante da variedade de significados, esta reflexão chamará a atenção para um dos aspectos específicos do CS, aquele que é considerado a capacidade complexa das relações sociais relativamente estáveis e ativas e, ainda, aquelas potencialmente ativas, que podem ser mobilizadas pelo sujeito para conquistar os seus objetivos; uma qualidade das relações sociais e não um atributo dos indivíduos ou das estruturas sociais, ou mesmo uma mistura desses. Ou ainda uma relação social que tem um valor específico, o valor da própria relação social - *sui generis* - e que, portanto, configura aquela forma de relação que opera a valorização do bem relacional, por meio da troca recíproca, um dar e receber sem cálculos monetários (Donati, 2012).

A partir da realidade brasileira, o CS pode ser considerado um recurso relacional para a pessoa, bem como para a sociedade onde aumenta a cada dia as desigualdades sociais e culturais. Ele constitui um substrato imprescindível das relações interpessoais e societárias, um bem relacional com características da estrutura social, que facilitavam a ação das pessoas, empresas ou grupos; um patrimônio e um recurso cultural que favorecem e sustentam as relações de confiança, de cooperação e de reciprocidade entre as pessoas, mesmo numa realidade político-econômica de descrédito e corrupção, com políticas públicas comprometidas pelo interesse de uma minoria. E ainda, por, normalmente, exercer um considerável e forte impacto sobre a saúde pública, o nível de violência, a ecologia, a educação nos projetos de subsidiariedade, na maioria das vezes, por meio de ONGs, iniciativas populares, projetos e associações comunitários com ou sem subsídio do Estado (Petrini, Fonseca e Porreca, 2010).

O CS, portanto, é um recurso por estar vinculado às características relacionais da organização social, em que as pessoas atuam através da confiança, pelas normas de reciprocidade, constituindo redes de solidariedade. Essas características podem capacitar as pessoas a agirem coletivamente em suas relações, aumentando a eficiência no alcance de objetivos comuns. Além disso, o CS pode aumentar a rapidez da difusão do conhecimento e das ações concretas sobre a importância dos comportamentos considerados positivos e dos efeitos maléficos para a vida social, bem como aumentar a chance de comportamentos “saudáveis” serem adotados como norma pela comunidade, favorecendo um “equilíbrio” entre Estado, comunidade e mercado (Loch, Souza, Mesas, González & Rodriguez-Artalejo, 2015; Schmidt, 2015).

Com certa frequência, o CS é utilizado para explicar o desenvolvimento econômico-social de comunidades e também a cooperação entre pessoas, a geração de bens relacionais, normalmente, pelas relações humanas que assumem características de cooperação, auxílio, trabalho mútuo, e de trocas recíprocas entre pessoas (Gianezini, Gianezini, Scarton & Rodrigues, 2009). Contudo o atributo da confiança é imprescindível para se compreender e tornar efetivo o CS. Segundo Cunha (2000), “o conceito de confiança é, geralmente, definido



a partir de suas relações estreitas com o conceito de capital social” (pp. 50-51). Talvez gerar e transmitir CS no Brasil torna-se um “parto difícil” pela influência histórica da cultura político-econômica provincianas – nada confiável – que, historicamente, formou e é ativa, para não dizer efetiva, na sociedade brasileira. Outro ponto que contribui para explicar o Capital Social é a identificação da fonte que dá origem a ele, ou seja, identificar o tipo de interação social existente entre as pessoas (Schmidt, 2015).

Da mesma forma que há diversidade de definições do CS, há heterogeneidade nas formas propostas para sua geração. De um modo geral, a literatura sugere que os temas ou características mais comuns que têm sido utilizados na compreensão do capital social consideram as relações humanas: participação social e comunitária, nível de empoderamento relacional, percepção da comunidade, rede e apoio sociais e confiança social (Bezerra & de Goes, 2014). A partir dessas características, pode-se afirmar que a família é um lugar adequado e fértil para explicar e gerar CS, porque nela se encontra um espaço fecundo que favorece as relações humanas de confiança, reciprocidade e cooperação, de fato, uma verdadeira fonte de CS.

Pesquisadores (Danes, Stafford, Haynes, & Amarapurkar, 2009; Donati, 2003b; Honig, 2003; Porreca, 2013b; Prandini, 2007, 2012, e outros) consideraram a família a melhor forma para compreender o que seja CS, pois ela é relação social em si mesma, vista e utilizada como recurso para/pelo indivíduo e/ou para/pela sociedade; assim a família é lugar propício e adequado para gerar e transmitir CS, seja no modo de organizar a rede entre as pessoas, seja em promover e criar confiança e reciprocidade entre as pessoas no interior das organizações.

O capital social e a família brasileira

A família compreendida como lugar propício que gera CS tem colocado a sociedade brasileira em ambivalência com relação às realidades familiar e social. A realidade familiar é raramente e, com muito esforço, também no Brasil, comparada a um lugar propício e adequado para gerar e transmitir CS; muitas vezes, é vista com muita reserva como fonte de relação de confiança e cooperação (Prandini, 2012).

Segundo Donati (2012), a ideia de ambivalência teórica sobre a família como geradora de CS está relacionada a importantes aspectos histórico-culturais (filosofia grega, reflexão ética do mundo romano e o pensamento hebraico-cristão) que consideravam a relação familiar como a origem e a sementeira da realidade pública e das virtudes cívicas/civis e com o advento da cultura modernista, na qual o mundo é visto como uma grande plataforma capitalista, com uma infraestrutura para a dimensão universal e impessoal. A dificuldade em compreender a família como geradora de CS tem como base a redução da família a padrões e ações individuais legitimamente aceitos na cultura e na sociedade modernas e a ideologia de



compreender as relações familiares como estrutura repressiva e de coerção criadora de desigualdades, incapaz de encontrar espaço na sociedade e cultura modernas.

Na sociedade brasileira, reflexo do que ocorre na realidade mundial, a família perde relevância como protótipo da relação social e também política, sem deixar de ser fundamental ao atual modo de produção capitalista, que a molda conforme suas necessidades e interesses, com prestações de serviços de proteção e inclusão sociais, desresponsabilizando o Estado desses serviços. Ocorre uma fragmentação nas políticas públicas familiares, atuam muito pouco na família como um todo, e deixam de promover a família como interlocutora da administração pública e recursos para reduzir as despesas públicas. Espera-se que as famílias tenham uma relação estável e socialmente integrada, no entanto, na sociedade globalizada, a família vive em clima de incerteza, insegurança, culpabilização e fragilidade. Políticas públicas familiares, que promovem uma política assistencialista em que os auxílios às famílias, consistem principalmente em conceder benefícios ou em aumentar aqueles já existentes. A atuação está mais centrada na pobreza individual da família do que nos seus recursos.

A descentralização das relações familiares brasileiras é necessária para manter a ideologia da modernidade (nada depende de nada), que apregoa que a modernização é um processo necessário e igual para tudo e todos (generalização) e que as relações sociais particularizadas devem ser suplantadas pelo universalismo _ todas as relações humanas devem ser equiparadas pelo mundo globalizado, uma lógica que se aplica a todas as situações. Contudo, a família se mantém como importante instituição formadora de valores, atitudes e padrões de conduta das pessoas e com grande flexibilidade e capacidade para gerar estratégias adaptativas como fonte substituta ou complementar de muitas das necessidades não oferecidas pelo Estado (Goldani, 2002).

No contexto brasileiro de ambivalência para com a família, compreende-se o porquê do conceito de CS discutido desde os fins da década de 1980, não dedica muita atenção à família, pois é elaborado sob uma contradição teórica constitutiva: se de um lado a família é concebida como paradigma das relações sociais que geram, na sociedade, a chamada primeira socialização, por outro lado, o conceito de família é quase ausente nos debates sobre CS (Donati, 2012).

Contudo, o que se observa na realidade brasileira é que a família, mesmo as empobrecidas e as fragilizadas, sempre emerge, se reinventa e se empenha em reorganizar aspectos de sua realidade que o ambiente sócio-cultural vai alterando, reagindo aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles. A família, no seu dinamismo, encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem. E ainda, constitui-se uma realidade fundamental para o delineamento das identidades humano-social. Essas observações não querem se referir às famílias no Brasil que não possam assumir um papel de risco para os seus membros e para a sociedade. Contudo esses fatores não são deterministas e nem as impedem de (re) construir como família, lugar de relações



saudáveis e satisfatórias, que contribuem para um bem social; bem como um recurso e patrimônio culturais, um bem que mantém as relações de confiança, de cooperação e de reciprocidade entre as pessoas. Talvez seja por essas observações que, a partir de 1980, muitos autores e pesquisas (Alves, Ortigão, & Franco, 2007; Cordaz, 2004; Cox, 1995; Donati, 2003b; Hasenbalg, 2003; Porreca, 2013a; Prandini, 2012; Stanzani, 2003 entre outros) têm destacado a importância da família na conceituação do CS.

O CS gerado nas relações familiares adquire o *status* de Capital Social Familiar (CSF), principalmente, porque comporta os elementos adequados e próprios para a prática e aprendizagem da dádiva, do dom, da reciprocidade. Local onde o dom tem maior visibilidade e intensidade, principalmente pela unidade de diferentes e, por isso, fonte de aprendizagem. E ainda, é espaço propício para criar vínculos originários entre a pessoa que doa e a que recebe. Nela os aspectos de aceitação e retribuição solidificam um pacto de amizade, e tendem-se a prolongar no tempo, diferente das relações mercantis que terminam no pagamento ou entrega da mercadoria (Mauss, 1925/2001; Goubot, 2007).

O capital social familiar

As relações familiares adquirem o *status* de CSF quando nas relações entre seus membros são produzidos bens relacionais de reciprocidade, confiança, gratuidade, proteção, amor e colaboração; bens que são necessários para a pessoa e importantes para a sociedade (Donati, 2003a). Quando contempla três pontos fundamentais: primeiramente, que é uma propriedade das relações familiares; não é um atributo ou propriedade dos indivíduos, ou de macro-entidades, é um modo de ser próprio das relações familiares. Esse modo próprio das relações familiares emerge, não intencionalmente, com frequência da relação entre eles e, por fim, quando o CSF torna-se uma memória viva dessa relação capaz de conferir aos membros da família uma espécie de subjetividade específica. A expectativa de memória, identidade, se estrutura na família, em dois níveis: o público e o privado. Memoriza-se tudo o que se pode ou não esperar do outro membro da família ou fora. Dessa expectativa pode se gerar confiança, afabilidade e reciprocidade (Prandini, 2007).

O CSF é uma propriedade emergente das relações familiares, uma modalidade de orientação específica entre os membros de uma família, um modo de estar juntos, de ser família. Não é uma coisa ou representação subjetiva, mas um modo de relação. Assim como a família é um modo de relação entre indivíduos, o CSF é um modo de ser de uma determinada relação que se visibiliza na orientação de como se tratam os cônjuges, genitores e filhos e parentes nas relações domésticas, que se condensam e se cristalizam, se institucionalizam (solidificando), em expectativa recíproca, um modo de viver da família que torna *habitus*, um modo de fazer.

A família é um CSF para os seus membros e para a sociedade. Para os seus membros porque se não houver confiança e afabilidade não se faz uma família; ela é uma das fontes



das relações sociais, é em seu contexto que se aprende as relações sociais. A família é também um CSF para a sociedade (CS), porque é dentro dela que surgem os bens fundamentais que servem à sociedade, à confiança, ao amor, à proteção, proporcionando ao ser humano o seu desenvolvimento físico, psíquico, espiritual e social, o modo de ser de cada pessoa e podendo gerar, extrafamiliarmente, essas mesmas condições. A família é capaz, ainda, de traduzir e transformar, em recursos, o seu CSF para outras famílias, e daí para a sociedade.

Para ser gerado o CSF depende de fatores complexos que se interagem e que não são previsíveis *a priori*, e nem observados do mesmo modo em todas as famílias, porque o seu surgimento depende de como são orientadas as relações familiares entre os membros, no que (se) diz respeito: a finalidade, tipo de normas que regem, objetivos e outros. Assim, na relação violenta, na egoísta, na interesseira entre os membros de uma família, não há incentivo para o CSF. Na realidade brasileira é ainda maior a dificuldade de pensar e gerar e transmitir CSF, principalmente pela cultura de sobrevivência frente ao empobrecimento e a ausência de condições básicas de vida humana. Uma cultura individual e de urgência em “não perder oportunidades”, “salve-se quem puder”, “cada um por si e Deus para todos”, “tirar vantagem em tudo”. Cultura social que influencia e condiciona as relações familiares, contribuindo para enfraquecer ou impedir o CSF e não gerar um bem relacional.

A lógica de transformar o CSF em CS comunitário é muito complexa e requer uma atenção especial em sua observação, pois podem existir famílias com elevados CSF interno que não se transformam em CS comunitário. No Brasil, em particular, percebe-se essa tendência alimentada por uma concepção modernista de estimular os membros de uma família a se manterem fechados em si mesmos, em suas casas, em seus quartos e dependências. Ora justificados pelo acúmulo de trabalho e cansaço, ora pela violência e descompromisso social, os brasileiros não mais se encontram, quer dentro ou fora de casa.

Para entender e proliferar o CSF no Brasil, é preciso entender a família brasileira como um sistema de relação, que se desenvolve e se cristaliza, e ainda, que ultrapassa os relacionamentos contingentes entre pessoas e limites sociais de desigualdade e privação de recursos básicos para a sobrevivência (Prandini, 2006), tornando-se uma memória do sistema e de conquistas, uma história que não pode ser cancelada, mas modificada, que traz uma identidade cidadã. Pensar as raízes históricas da família no Brasil é pensar em sua identidade e em suas vitórias históricas, sem as quais seria destruir a sua própria cultura.

O CSF enquanto propriedade relacional emergente gera poderes, que influenciam os comportamentos das pessoas que compõem a família, o estilo de vida, a sua subjetividade. É uma contínua relação circular entre as personalidades que dão vida à relação e o efeito desta sobre as pessoas. O CSF trata a família como um todo, como uma relação social indiferenciada. Embora influenciando e influenciada pelo sistema cultural e social e pela estrutura social, as relações familiares não são determinadas por esses sistemas.

De acordo com a definição teórica de CSF junto com a definição das relações familiares caracterizadas de afabilidade e baseada na norma da reciprocidade, torna-se necessário dar



uma definição operativa do dinamismo do CSF. Por ser um capital, trata-se de um recurso que deverá gerar um valor, um vínculo social que só aumenta se utilizado. Realimenta-se e autorregenera-se explicita ou implicitamente pela reciprocidade e confiança, assim CSF serve para um determinado fim e é investido em alguma coisa, é sempre um meio intencionalizado a alcançar um fim específico por meio das relações familiares (Prandini, 2007). Pode-se notar a ajuda que um genitor dá a um filho, ou um cônjuge ao outro, ou um avô ao seu neto, para sustentá-lo em qualquer situação, regenera simultaneamente o modo de orientação recíproca entre eles, baseado na confiança e reciprocidade, constituindo um recurso de bem-estar para a pessoa e a comunidade. Dessa forma o CSF tem relevância social pelo reconhecimento meritório da família como sujeito social, pois o CS de uma família difere do CS político, econômico, de uma associação ou de uma organização (Nicola, 2006).

A família é um CS para a sociedade, porque os bens fundamentais de confiança, amor, proteção (CSF) nascem dela, e é nela que o ser humano desenvolve valores que estarão, mais tarde, disponíveis à sociedade. É através da família que a pessoa constrói sua orientação pró-social e a possibilidade, ou não, em colaborar com os outros na transmissão de bens de geração em geração (memória vivente). Cria-se assim, vínculos sociais, podendo ter mais ou menos CS, dependendo da estrutura familiar existente.

Por intermédio da relação familiar de plena reciprocidade e de confiança entre os sexos e as gerações, cria-se um ambiente microssocial necessário para a geração e a aprendizagem de recursos cognitivos, emotivos, normativos e valorativos que são a base e os fundamentos da construção dos vínculos sociais (Prandini, 2007). Em uma situação comum, esses recursos são apreendidos mediante a experiência da relação e, não independentemente dela, não podem ser gerados em nenhum outro lugar da sociedade, pois dependem da qualidade da subjetividade social da família. A família é fonte e padrão de CSF e não pode ser substituída por nenhuma outra. Se uma relação familiar de confiança baseada na doação recíproca é condição necessária para emergir confiança e reciprocidade, o que não quer dizer que seja suficiente para a transmissão da qualidade relacional fora da família, pois a qualidade relacional de reciprocidade e de confiança, gerada na família, encontra especificação nos diversos subsistemas sociais: 1) no econômico, como por exemplo, na capacidade de risco e de investimento de acordos e de colaboração; 2) nos políticos expressos, entre outros elementos, na capacidade de delegar a própria vontade a um representante que não se conhece e de seguir regras de cidadania; 3) nos societários quando as pessoas agem gratuitamente por juízos não conhecidos e de cooperação sem ser assegurado por uma normativa rígida; 4) por último, no familiar, no exercício de ajudar e de colaborar nos acontecimentos sem ater-se a um retorno imediato.

No que se refere à geração e à transmissão do CSF na realidade brasileira, alguns aspectos da estrutura e da cultura familiar, marcados pela situação de miséria e de condicionantes sociais/históricas, devem ser consideradas por influenciarem diretamente a compreensão do CS e a qualidade e a quantidade de CSF. Impossível não considerar as



mazelas sociais no cenário de desigualdades sociais que aumentam a cada ano no Brasil. Basta considerar a taxa de analfabetismo que subiu de 8,3% para 8,5% e a taxa de desemprego e ocupação mantida em 6,5% da (IBGE, 2013), bem como, a desigualdade na renda, com 39% de diferença média entre ricos e pobres, correspondendo os índices a 24,7% para a educação e a 14,5% na expectativa de vida (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014, 24 de julho). Evitando e, ao mesmo tempo sendo refém de um discurso funcionalista e fatalista, infelizmente, o Brasil ainda é um país de desigualdades que favorece a violência, a corrupção, a fome, o desemprego, a exclusão social, o déficit educacional, as violações de direitos humanos e a degradação ambiental que influenciam diretamente a estrutura, a dinâmica e a cultura familiar e, conseqüentemente a geração de CSF. A situação é mais delicada e gritante nas famílias menos favorecidas, onde são relegadas à margem da sociedade, sem condições mínimas de dignidade e necessidades básicas supridas; a pobreza de bens e a carência de educação e afeto tornam-se epidêmicas para a família.

A família brasileira está inserida num cenário de miséria e desigualdades sociais, o qual dificulta e produz elementos que impossibilitam a família brasileira de apoderar-se das suas próprias potencialidades e recursos e, portanto, de gerar e transmitir CSF. As políticas públicas no Brasil, normalmente, consideram a centralidade familiar, de fato, a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social e os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros (Pereira, 2009). Assim, não é algo novo a participação da família, mas o que se coloca é o novo papel que a ela está sendo atribuído. Se antes a família participava por meio do cuidado aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas, hoje, ela passa a ser fragmentariamente central nas políticas públicas (saúde, educação, assistência social), isto é, políticas públicas familiares direcionadas a uma realidade específica da família como: a mulher grávida, a criança e o adolescente infrator, a violência doméstica, o idoso e outras. (Mesquita, 2011). Daí que se entende que à medida que as pessoas não conseguem soluções adequadas para os desafios pela sua sobrevivência e manutenção da vida, expressam suas dificuldades por meio de inúmeros problemas como: dificuldades de relacionamento, infidelidades, problemas financeiros, sofrimentos diversos, doenças e outras (Donati, 2005; Petrini, Alcântara, Moreira, Reis, Fonseca & Dias, 2012).

Para que a relação familiar se efetive como bem relacional é fundamental que ela seja promovida e subsidiada por políticas públicas familiares que: 1) exerçam uma intervenção não apenas nos problemas e limites da família, mas que proporcionem condições favoráveis para a convivência familiar, mediante uma legislação e de atos governamentais adequados à promoção e ao fortalecimento dos recursos próprios da família como um todo; 2) proporcionem condições para que ela assuma seu caráter de sujeito social dotada de cidadania própria e seja capaz de gerar e transmitir CSF com qualidade civil e democrática; 3) possam exercer seu papel de bem meritório e de recurso social para o bem-estar das



peças e da comunidade; 4) e por fim, que sejam sustentadas com condições mínimas para que gerem continuamente um vínculo social humano de vida e um efetivo CS às pessoas e à sociedade. Enfim, políticas públicas brasileiras que proporcionem condições básicas de vida, estejam direcionadas em promover mais a capacidade de haver relações significativas, criem maior capital social e intervenham mais sobre a relação e menos sobre os problemas familiares, de modo interno e externo, no vínculo social, proporcionando às famílias relações de confiança e reciprocidade, promovendo assim, a superação do que Demo (2003) chamou de pobreza política, que é a negação da autonomia emancipatória.

Psicologia comunitária e a geração de CSF

O contexto econômico-social brasileiro motivou mudanças de paradigma em diversas ciências humanas e sociais no que se refere à prática interventiva em contextos comunitários e sociais. Entre as ciências humanas, a Psicologia, no que concerne a participação dos psicólogos nos trabalhos psicossociais comunitários com caráter de compromisso social e profissional, o direito inequívoco na importância das relações familiares para o desenvolvimento de projetos de vida capazes de enfrentar os desafios para vencer as condições de desigualdades sociais (Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça & Soares, 2008).

A situação socioeconômica brasileira, onde cresce, cada vez mais, a realidade de “ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres”, urge aos psicólogos: 1) o engajamento junto às ações políticas; 2) a apropriação de saberes de outros campos; 3) a efetivação de trabalhos em parceria com outras categorias profissionais; 4) bem como, a formulação de novos saberes coerentes com a realidade que se impõe (Oliveira & Amorim, 2012). Considerando essa urgência, a Psicologia pode ser uma preciosa fonte de recursos para subsidiar também a família brasileira na geração de CSF, principalmente no contexto de desigualdade e vulnerabilidade que perpassa suas relações familiares.

A Psicologia pode favorecer as relações intra e extrafamiliares de confiança, reciprocidade e cooperação, quando: 1) utiliza dos modelos intrapsíquicos centrados no indivíduo ou nos sistemas familiares; 2) considera as relações *intra* e *extrafamiliares*, bem como, a sócio-institucional; 3) os diferentes modelos interpretativos, seja da família em geral como instituição social e como sistema, seja como lugar específico de diferentes comportamentos e relações dos seus membros.

Entre os modelos intrapsíquicos, a Psicologia Comunitária (PC) e as suas estratégias de intervenção pode favorecer com importantes e significativas contribuições (para) a família brasileira, principalmente pela sua busca em compreender e intervir no indivíduo como uma realidade social e histórica, situado em uma estrutura social de diferentes camadas e em um determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico e, por isso, ideológico e, ainda, por construir um novo olhar psicossocial para o sofrimento psíquico



gerado nas camadas populares (Amaral, Holzschuh & Serpa, 2012; Góis, 2005; Montero & Serrano-Garcia, 2011).

O objetivo da PC direcionada à reflexão e à intervenção nas relações familiares está na capacitação e promoção da pessoa como sujeito de direitos, fortemente envolvido com a sua realidade social, ligada ao contexto onde reside. Considerando esse objetivo da PC, a atuação dos psicólogos comunitários no trabalho com família, subsidiaria a pessoa no seu relacionamento familiar e social, para que ela pudesse, em conjunto, gerar e desenvolver CSF para a sociedade e, até, contribuir para diminuir a desigualdade social e assegurar um desenvolvimento econômico e social lá onde a ação governamental não teve êxito, tornando possível um desenvolvimento social comunitário no Brasil (Porreca, 2013a).

Os psicólogos comunitários como facilitadores interventores na família e em suas relações, são portadores de uma propriedade e de um profissionalismo próprio para contribuir e galgar maiores espaços de atuação em propostas e projetos psicossociais nos diversos contextos e dinâmicas comunitárias dentre os quais nas relações familiares, no contexto doméstico e social e, ainda, abrir caminhos de reflexão e intervenção junto às problemáticas sociais para não tornarem-se irrelevantes (Moura, Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014).

A perspectiva da atuação dos psicólogos comunitários interventivos (PCI) com famílias enfatiza que, em termos teóricos, o conhecimento se produza na interação entre o profissional e os sujeitos da investigação numa compreensão mais subjetiva da realidade local (Góis, 2005), para uma apropriação/construção de significados e produção de sentidos (Zanella, Ros, Reis & França, 2004), bem como, em ações mais diretas e contextuais na emergência da afetividade e do sofrimento ético-político das pessoas que convivem com as multiformes expressões da desigualdade social. Os PCI podem colaborar no desenvolvimento de potencialidades e apossamento de aquisições de vínculos familiares e comunitários sob o prisma da cidadania e da atualização da potência de ação dos atores sociais, gerando com qualidade e quantidade CSF (Ximenes, Paula & Barros, 2009; Sloan, 2009).

O PCI que trabalha com relações familiares terá que, fundamentalmente, ter uma atenção especial com a linguagem e representações da família ou grupos familiares que atuam e com as emoções e afetos próprios da subjetividade presentes nesses grupos familiares. Em outras palavras é extremamente importante para o psicólogo comunitário interventivo conhecer e refletir a realidade social na qual atua.

Montero (2004) elencou algumas características importantes para o perfil de um psicólogo comunitário, como por exemplo: sensibilidade social e sentido de justiça social; aceitação da diversidade do Outro; estar sempre aberto para a aprendizagem, não desprezando o conhecimento advindo de lugares, pessoas e situações que estão fora dos centros de saber; pôr o seu conhecimento a serviço das transformações necessárias e desejadas pelas pessoas com as quais se vai trabalhar; e, em última instância, não tentar



exercer a PC se não está disposto a atuar de acordo com os valores de respeito ao Outro, ou com as condições anteriores.

É certo que não é o PCI que vai “mudar o mundo” e nem assumir uma postura fatalista e muito menos conformista social, mas se o PCI intervir nas relações familiares com uma ação comprometida, contextualizada, política, articulada, que vise à emancipação dos sujeitos familiares, poderá iniciar alguma transformação, sem correr o risco de assumir que nada se pode fazer diante dos problemas sociais, naturalizando as circunstâncias atuais, desconsiderando seu caráter histórico (Paiva & Yanamoto, 2010).

Em termos de metodologia, os psicólogos comunitários interventores são facilitadores no trabalho com a família, e podem utilizar, sobretudo, a pesquisa-participante, a pesquisa-ação e a análise institucional. Dessa forma, podem proporcionar direito de expressão (voz e vez) a todos os membros da família durante a intervenção, embasados na sua posição teórica ética, que os orientará a construir e articular a partir das realidades sociais existentes. Isso pode ocorrer em conjunto com as famílias, planos de ação que concretizam projetos de vida familiar, de modo a compreenderem suas idiossincrasias socioculturais, suas interfaces com outros contextos e os arranjos subjetivos engendrados nessa interface (Ximenes, Paula & Barros, 2009).

Contudo, um desafio se impõe à PC no contexto de subsidiar e intervir nas relações familiares: Em que sentido, diante das condições sociais, econômicas e políticas, os membros da família de fato conseguem vivenciar o potencial de relações de reciprocidade, gratuidade e confiança, quando, na verdade, estar excluído é concebido como um resíduo necessário à competitividade do mundo globalizado? (Moura, Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014). Considerando esse desafio, os psicólogos comunitários interventores na família poderão contar com outros agentes sociais ou não, na construção das reflexões e das intervenções éticas multidisciplinares, com o objetivo em fortificar e ampliar na prática as redes sociais aplicáveis e as condições adequadas e propícias para a família gerar e transmitir CSF. Essa atuação multidisciplinar pode abrir caminhos para políticas públicas do tipo subsidiária que apresentem, de modo explícito, a finalidade de sustentar as relações familiares como um todo, em especial, quando (que) fragilizadas ou em situação de risco. Dessa forma pode colaborar para que as famílias sejam ajudadas a realizar suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos (Baquero, 2008).

A metodologia do trabalho comunitário é importante para as relações familiares ao passo que promove uma construção de conhecimento por parte de profissionais organicamente comprometidos, na qual a proposta de trabalho comunitário pretende promover aos membros da família procedimentos de autogestão, desenvolvendo o sentido de cidadania nesse processo relacional. Uma atuação que vai além do saber acadêmico e científico, pois reconhece os recursos e a força das relações familiares e, ainda, qualifica-a como peça fundamental para a elaboração de uma teoria própria que se firma através das experiências cotidianas domésticas. A atuação da PC desempenha papel fundamental para a



conscientização que ajuda os membros da família, grupos e indivíduos a identificarem as características históricas e sociais de seus problemas e a criarem estratégias para a solução coletiva (Castilho, 2001).

A família como bem relacional, somente poderá gerar e aumentar o CSF se houver por parte das pessoas, da sociedade e da atuação dos PCI a valorização e o fortalecimento da cultura da família, que promove a família na sua totalidade como fonte de humanização e de socialização, de educação para o exercício da cidadania, como espaço de vida e felicidade, lugar de resistência e de alternativas à lógica do mercado, proporcionando experiências de gratuidade e de solidariedade, de cooperação (Donati, 2005; Petrini, 2009; 2012).

Considerações finais

A família é, e permanece para grande parte da população brasileira, a base estrutural mais essencial da sociedade, naquilo que ela tem de mais coesivo, produtivo e passível de projeto. Ela é, certamente, um dos símbolos mais fortes, estáveis e relevantes no tempo da vida social, mesmo para aqueles que não tiveram a experiência de família. A vida familiar é a mais antiga e mais nova instituição que se conhece, uma realidade aparentemente conhecida, desde o início da história humana até hoje. Ela constitui um espaço privilegiado de recursos duráveis para a pessoa humana, nos mais diversos aspectos de sua existência, por proporcionar experiências no nível biológico, psicológico, social, espiritual, além de orientações éticas e culturais. E ainda, encontra-se nela os elementos fundamentais da identidade do ser humano, que ultrapassam os condicionamentos espaciais e temporais, que independem da vontade das pessoas envolvidas, tais como: paternidade, maternidade, filiação, reciprocidade, confiança, cooperação e outros (Donati, 2005; Prandini, 2012; Petrini, 2009; Porreca, 2013a).

A família nunca foi tão valorizada pelos brasileiros como nos últimos tempos, mesmo que, paradoxalmente, seja considerada de maneira tão fluída, com contornos tão indefinidos e modificada a sua identidade a ponto de poder desaparecer como grupo social-instituição com características próprias delineadas e, ainda, entre as 18 instituições avaliadas no Índice de Confiança Social (ICS), que busca representar diferentes setores da sociedade brasileira, tanto das esferas pública e privada, como da sociedade civil. A família ocupa o topo do ranking, encabeçando a lista com uma média de 90 pontos como lugar das relações de confiança dos brasileiros (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística [IBOPE], 2013, 2 de agosto).

Por causa das desigualdades sociais geradas pelas ideologias e dificuldades que o sistema político-administrativo brasileiro tem de observar a família como um todo, a subjetividade familiar é sempre menos considerada pelos políticos e pelos aparatos estatais nas políticas públicas. As estratégias econômicas que vigoram na sociedade brasileira não contribuem para promover a família em totalidade de relação *sui generis*, expressas,



principalmente, no mundo do trabalho que gera um conflito profundo com as exigências da família, particularmente, por absolver o tempo quase integral dos trabalhadores. O setor econômico, por privilegiar o lucro pelo lucro à custa da desigualdade social de grande parte da população, influencia e condiciona as relações familiares. Somente algumas esferas da sociedade civil observam, consideram e promovem a família como seu sujeito constituinte, mesmo que a mesma sociedade civil tenha dificuldade para elaborar uma representação adequada da família e reconhecer os resultados das próprias ações nelas e sobre elas (Donati, 2011; Petrini, Fonseca & Porreca, 2010).

Uma maneira prática de verificar se a família é considerada sujeito social ou não, em (que) forma e grau, é observar como são configurados os programas e as intervenções nas políticas públicas e privadas (explícitos ou implícitos, diretos ou indiretos). Considerando essa maneira de verificação percebe-se que a família brasileira tem um longo e árduo percurso a percorrer para ter os recursos básicos para ser família, onde suas relações gerem CSF.

Contudo, no contexto de ambivalência em relação à família brasileira e na precariedade das políticas públicas familiares, a família brasileira traz em si a capacidade de gerar CSF (confiança interpessoal entre os membros, ajuda recíproca e capacidade de abrir-se às novas relações sociais) e de transferi-lo para a sociedade, ela torna-se assim um recurso de CS. Primeiramente, porque ela é uma relação comunitária que continua querida e desejada, apesar das mazelas onde está inserida; lugar onde as relações de reciprocidade, confiança e colaboração entre os sexos e entre as gerações produzem um bem relacional em conjunto. Ela também apesar de pouco reconhecimento e restrito subsídios sociais é considerada lugar chave de socialização, da educação das novas gerações e das realizações pessoais. Ela continua em meio as diversas mudanças sociais e culturais, um lugar que transmite às novas gerações não só a vida, mas o seu significado, valores e critérios de orientação da conduta, que fazem perceber a existência como digna de ser vivida.

A família brasileira mesmo inserida num contexto de desigualdades e mazelas sociais, onde ela é condicionada a não cumprir o seu o papel de ser fonte de segurança, afeto, proteção e bem-estar, e muitas vezes, transformar em um fator de risco para os seus membros, ainda assim, ela pode ser considerada o sistema, o lugar, a relação mais insubstituível na vida das pessoas, por constituir um espaço privilegiado de recursos duráveis para a pessoa humana, nos mais diversos aspectos de sua existência e por proporcionar experiências no nível biológico, psicológico, social, bem como orientações éticas e culturais. E ainda, por encontrar nela os elementos fundamentais da identidade do ser humano, que ultrapassam os condicionamentos espaciais e temporais, que independem da vontade das pessoas envolvidas, tais como: paternidade, maternidade, filiação, reciprocidade, confiança, cooperação e outros.



Para o processo de humanização, a família é um requisito fundamental por enraizar a pessoa na realidade vivencial, por meio das relações familiares que exigem um significado, um sentido, que pode ultrapassar os condicionamentos das circunstâncias cotidianas.

A família brasileira tem capacidade para gerar e transmitir CSF, pois não é uma realidade à margem do sistema social, ou mesmo uma utopia, e nem tampouco uma simples questão afetiva privada, mas uma realidade humana através da qual a pessoa entra na vida; o contexto em que o ser humano é educado e socializado e aprende o sentido da existência como dom e responsabilidade, uma via em que grande parte dos seres humanos pode realizar ou não o seu projeto de vida.

Assim, mesmo que pareça que o sistema político brasileiro se faz incapaz de observar a família na sua realidade de sujeito social, ainda que a considere na centralidade das suas políticas públicas e continue a ocupar-se de crianças, idosos, mulheres, como categorias genéricas de indivíduos, sem serem vistas as relações familiares em que eles estão envolvidos. A família continua adequada para ser o lugar chave de socialização, da educação das novas gerações e das realizações pessoais; transmitindo às novas gerações não só a vida, mas o seu significado, o conjunto de valores e critérios de orientação da conduta, que fazem perceber a existência como digna de ser vivida, em vista de uma participação positiva na realidade onde se insere.

Na atuação de sujeito de funções para a sociedade, a família utiliza um nexo particular entre liberdade de escolha e responsabilidade das consequências das relações individuais e familiar, enquanto o que nela acontece e o que ela faz tem reflexos sobre qualquer outra forma de sociabilidade, assumindo e exercendo sua cidadania, como titular de um direito subjetivo social, que vai para além dos direitos subjetivos individuais (Donati, 2012).

As ciências humanas e sociais, em especial a Psicologia Comunitária por intermédio das suas reflexões teóricas, estratégias e intervenções, também poderá ter preciosa colaboração nesse processo complexo de subjetivação da família brasileira, principalmente em promover uma cultura da família possível em meio às limitações sociais, culturais, econômicas e políticas da sociedade brasileira, possibilitando por meio dos seus inúmeros instrumentos e métodos, com que a família brasileira produza e transmita bens relacionais gerados entre os membros que a compõem, considerando que enquanto o que nela acontece e o que ela faz, terá reflexos sobre qualquer outra forma de sociabilidade. A intervenção dos psicólogos comunitários pode possibilitar que a família assuma a relação de direitos e de deveres socialmente significativa, titulando sua própria cidadania, que vai para além dos direitos subjetivos individuais, uma relação com propriedade *sui generis*. E ainda, poderá atuar junto aos órgãos competentes na mobilização, promoção e capacitação da família como sujeito social que gera CSF e o transfere para a sociedade como um recurso de CS.

Subsidiada pela atuação dos psicólogos comunitários a família brasileira poderá ser incentivada a ser uma rede de solidariedade, para oferecer os cuidados necessários aos seus membros, principalmente nas incapacidades temporárias ou permanentes, pela



reciprocidade e confiança que geram cooperação, e que, conseqüentemente, se transformam num verdadeiro CSF para a sociedade. O PCI terá subsídios para promover a subjetividade social da família com a ideia de uma alteridade: a família é um *alter* que pede uma relação de reciprocidade com os outros sujeitos sociais, e por fim, junto dela proporcionar recursos e meios para que a família empodere-se de sua capacidade de sujeito social potencialmente ativo, geradora de bens relacionais, que pode fazer escolha e enfrentar as suas condições de necessidades, para serem satisfeitas e supridas de modo adequado.

É evidente que diante de uma estrutura que promove a desigualdade social, não é somatória de sujeitos sociais que constitui a sociedade e nem a família “certinha”, por si ou em relação com outras famílias, que irão realizar as mudanças totais e necessárias na vida social brasileira, porém é inegável que a família é capaz de traduzir e transformar em recursos o seu CSF para outras famílias e essas juntas para a sociedade, e assim contribuir para uma transformação radical de tudo aquilo que pode destruir ou limitar a realização da vida humana.

Referências

- Alves, F., Ortigão, I. & Franco, C. (2007). Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de pesquisa*, 37(130), 161-180.
- Amaral, M. S., Holzschuh, G. C. & Serpa M. G. (2012). Psicologia comunitária e a saúde pública: relato de experiência da prática psi em uma Unidade de Saúde da Família. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(2), 484-495. Recuperado em 15 de agosto, 2014, de www.readcube.com/articles/10.1590/s1414-98932012000200015
- Baquero, M. (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, 14(2), 380-413.
- Bezerra, I. A. & de Goes, P. S. A. (2014). Associação entre capital social, condições e comportamentos de saúde bucal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1943-1950.
- Bonamino, A., Alves, F., Franco, C. & Cazelli, S. (2010). Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, 15(45). Recuperado em 24 junho, 2014, de www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/07.pdf
- Bourdieu, P. (1993). La famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100, 32-36. Recuperado em 01 outubro, 2014, de diderot.fr/claroline/backends/download.php?url=L1REXzMvYXJ0aWNsZV9Cb3VyZGllV8tX0ZhbWlsbGVfY2F0w6lnb3JpZV9ydw6llhbGlzw6llX2Fyc3NfMTk5M19udW1fMTAwLnBkZg%3D%3D&cidReset=true&cidReq=54SO2272_001
- Carvalho, M. C. B. (2005). Famílias e políticas públicas. Em A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Org.s). *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 269-274). São Paulo: Cortez.



- Castilho, W. C. P. (2001). *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95-S120. Recuperado em 12 de maio, 2014, de www.jstor.org/stable/2780243
- Cordaz, A. S. D. (2004). *Capitale sociale, reti e disagio sociale: materiali empirici da un'esperienza di ricerca*. Pisa, Itália: Università di Pisa.
- Costa, A. B. (2005). Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. Em *Anais Encontro Nacional de economia, XXXIII* (s. p.). Recuperado em 12 de maio, 2014, de www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf
- Cox, E. A. (1995). *Truly civil society*. Sidney: ABC Books.
- Cunha, L. A. G. (2000). Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. *Ra'e Ga*, 4, 49-60.
- Danes, S. M., Stafford, K., Haynes, G. & Amarapurkar, S. (2009). Family capital of family firms: bridging human, social, and financial capital. *Family Business Review*, 22(3), 199-215. Recuperado em 24 de junho, 2014, de fbr-sagepub-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/content/22/3/199
- Demo, P. (2003). *A pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Donati, P. (2003a). La famiglia come capitale sociale primário. Em P. Donati. *Famiglia e capitale sociale nella società italiana* (pp. 31-101). Cinisello Balsamo, Itália: San Paolo.
- Donati, P. (2003b). *Sociologia delle politiche familiari*. Roma: Carocci.
- Donati, P. (2005). *Manuale di sociologia della famiglia*. Roma: Laterza.
- Donati, P. (2007). L'approccio relazionale al Capitale Sociale. *Sociologia e Politiche Sociali*, 10(1), 9- 39.
- Donati, P. (2011). Beni relazionali e capitale sociale. Em P. Donati & R. Solci (Org.s). *I beni relazionali: che cosa sono e quali effetti producono* (pp. 140-189). Torino, Itália: Bollati Boringhieri.
- Donati, P. (2012). I beni e mali generati della famiglia a seconda delle sue qualità. Em P. Donati (Org.) *Famiglia risorsa della società* (pp. 10-58). Bolonha, Itália: Mulino.
- Dowbor, L. (2015). A economia da família. *Psicologia USP*, 26(1), 15-26. Recuperado em 24 de junho, 2015, de www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00015.pdf



- Fukuyama, F. (1995). *Trust: the social virtues and the creation of the prosperity*. New York: Free Press.
- Gianezini, M., Gianezini, Q. D., Scarton, L. & Rodrigues, R. G. (2009). O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: a experiência das cooperativas agrícolas no médio norte de Mato Grosso. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER*. Recuperado em 08 de setembro, 2014, de www.sober.org.br/palestra/13/1319.pdf
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Godbout, T. (2007). *Ce qui circule entre nous: donner, recevoir, rendre*. Paris: Le Seuil.
- Goldani, A. M. (2002). Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 19(1), 29-48.
- Hanifan, L. J. (1916). The rural school community center. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 67, 130-138. Recuperado em 8 de setembro, 2014, de www.jstor.org/stable/1013498?seq=1#page_scan_tab_contents
- Hasenbalg, C. (2003). A distribuição de recursos familiares. Em C. Hasenbalg & N. V. Sila (Org.s). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida* (pp. 147-172). Rio de Janeiro: Tobook.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009*. Rio de Janeiro: Autor. Recuperado em 8 de setembro, 2014, de biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=245767
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2013). *Pesquisa nacional de amostra por domicílio*. Rio de Janeiro: Autor. Recuperado em 8 de setembro, 2014, de www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística [IBOPE] (2013, 2 de agosto). *Cai a confiança dos brasileiros nas instituições*. Recuperado em 8 de setembro, 2014, de www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx
- Loch, M. R., Souza, R. K. T. D., Mesas, A. E., González, A. D. & Rodriguez-Artalejo, F. (2015). Association between social capital and self-perception of health in Brazilian adults. *Revista de saúde pública*, 49, 1-9.
- Mauss, M. (2001). *Ensaio sobre a dádiva* (A. F. Marques, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1925).



- Mesquita, A. P. (2011). A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero. Em *Anais Ciclo de Debates Acadêmico IPEA, I* (s. p.). Recuperado em 07 de novembro, 2015, de www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo29.pdf
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós
- Montero, M. & Serrano-Garcia, I. (2011). *Historias de la psicología comunitaria en América Latina: participación y transformación*. Buenos Aires: Paidós.
- Moreira, L. V. C. & Rabinovich, E. P. (2011). *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história*. Curitiba: Juruá.
- Moura, J. F., Jr., Cidade, E. C., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352. Recuperado em 25 de junho, 2014, de pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n2/v22n2a07.pdf
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O. & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico*, 39(4), 456-464.
- Nicola, P. (2006). *Dalla società civile al capitale sociale: reti associative e strategie di prossimità*. Milano: Franco Angeli.
- Oliveira, I. F. & Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e política social: o trato à pobreza como "sujeito psicológico". *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.
- Paiva, I. L. & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.
- Peixoto, C. E., Singly, F. & Cicchelli, V. (2000). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pereira, P. A. P. (2009). Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. Em I. Boschetti, E. R. Behring, S. M. M. Santos & R. C. T. Miotto (Org.s). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas* (pp. 87-108). São Paulo: Cortez.
- Petrini G. (2009). Significado social da família. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 16(18+19), 112-123. Recuperado em 20 de maio, 2014, de periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1204/1248
- Petrini, J. C., Fonseca, R. & Porreca, W. (2010). Pobreza, capital humano, capital social e familiar. *Memorandum*, 19, 184-187. Recuperado em 20 de setembro, 2014, de www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wpcontent/uploads/2010/12/petrinifonsecaporreca01.pdf



- Petrini, G., Alcântara, M. A. R., Moreira, L. V. C., Reis, L. P. C., Fonseca, R. S. S. & Dias, M. C. (2012). Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. *Memorandum*, 22, 165-186. Recuperado em 19 de novembro, 2015, de www.fafich.ufmg.br/memorandum/a22/petrinialmorefodi01
- Porreca, W. (2013a). *Famílias em segunda união: questões pastorais* (3a ed.). São Paulo: Paulinas.
- Porreca, W. (2013b). *Filhos desafios e adaptações na família em segunda união*. São Paulo: Paulinas.
- Prandini, R. (2006). Il capitale sociale familiare: cos'è, come si distribuisce e quali correlazioni ha con gli altri capitali sociali. Em P. Donati & I. Colozzi (Org.s). *Capitale sociale delle famiglie e processi di socializzazione* (pp.19-60). Milano: Franco Angeli.
- Prandini, R. (2007). Il capitale sociale familiare in prospettiva relazionale: come definirlo, misurarlo e sussidiarlo. *Sociologia e Politiche Sociali*, 10(1), 41- 74.
- Prandini, R. (2012). Família e capitale social. Em P. Donati (Org.). *Famiglia risorsa della società* (pp. 243- 266). Bolonha, Itália: Mulino.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256. Recuperado em 22 de setembro, 2014, de www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722007000200005&script=sci_arttext
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2014, 24 de julho). *Brasil sobe uma posição no ranking do IDH e fica em 79º entre 187 países*. Recuperado em 22 de setembro, 2014, de www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3909
- Putnam, R. D. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (L. A. Monjardim, Trad). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 1993).
- Rossi, G. & Boccacin, L. (2007). *Il capitale sociale in un'organizzazione multilivello di terzo settore*. Milano: Franco Angeli.
- Sarriera, J. C. (2010) *Psicologia comunitária: estudos atuais* (3a. ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Schmidt, J. P. (2015). Comunitarismo e capital social: convergências. *Revista Debates*, 9(2), 55-75.
- Sloan, T. (2009). Globalização, pobreza e justiça social: papéis para os psicólogos. Em R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Org.s). *Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 223-244). São Paulo: Alínea.
- Stanzani, S. (2003). *Percorsi di civilizzazione*. Rimini, Itália: Maggioli.
- Tocqueville, A. (2001). *A democracia na América: livro 1* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1835).



Ximenes V. M., Paula L. R. C. & Barros J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699. Recuperado em 28 de setembro, 2014, de www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a04

Zanella, A. V., Da Ros, S. Z., Reis, A. C. & França, K. B. (2004). Doce, pirâmide ou flor?: o processo de produção de sentidos em um contexto de ensinar e aprender. *Interações*, 9(17), 91-108.

Nota sobre o autor

Wladimir Porreca é pós doutorando em Psicologia Clínica no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Endereço: SQN 211 Bloco B, apto.303, Asa Norte, 70863020, Brasília-DF, Brasil. E-mail: wp@unb.br

Data de recebimento: 07/01/2015

Data de aceite: 26/11/2015